

O ÁUDIO-DESCRIPTOR EM EVENTOS EDUCACIONAIS E CIENTÍFICOS: ORIENTAÇÕES PARA UMA ÁUDIO-DESCRIÇÃO SIMULTÂNEA.

Francisco J. Lima¹

Rosângela Ferreira Lima²

RESUMO

Este trabalho apresenta e discute algumas definições de áudio-descrição no entendimento de formadores brasileiros. Expõe como alguns desses formadores veem a áudio-descrição simultânea e como concebem o papel do tradutor visual nesse ofício. Versa sobre diretrizes básicas da áudio-descrição empoderativa, suas aplicações no contexto da tradução visual de eventos educacionais e científicos, como conferências, palestras, aulas e similares e exemplifica como a não observância das diretrizes para a áudio-descrição compromete a qualidade da tradução visual. Expressa o entendimento de que não há áudio-descrição se esta não for para oferecer ao usuário com deficiência as condições de uso independente e empoderativo das informações visuais disponíveis às pessoas que veem. Defende que o ofício de áudio-descrição é trabalho sério e, portanto, orienta que quem o faz, assim como quem o ensina deve tornar sua prática um espelho daquilo que ensina e faz, por exemplo, ao traduzir filmes e peças teatrais, ao formar áudio-descritores ou, no dia-a-dia, no convívio com pessoas com deficiência. Conclui dizendo que o modo mais desafiador e mais comprovador do conhecimento do tradutor visual é quando ele tem de exercer sua atividade na áudio-descrição simultânea, posto que é nesse momento que ele tem de mostrar o que sabe e deve fazer, fazendo.

¹ Professor doutor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); orientador no programa de Pós Graduação em Educação da UFPE; formado em áudio-descrição pela ADP/USA, 2010 e 2011; Idealizador e Formador do Curso de Tradução Visual, com ênfase em Áudio-descrição “Imagens que Falam” (UFPE); Idealizador/Responsável Pela Página Sobre Direito Inclusivo “Direito Para Todos” (www.direitoparatodos.associadosdainclusao.com.br) – e-mail- limafj.br@gmail.com

² Professora Doutora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Letras; Áudio-descritora (raflim@ig.com.br)

Palavras-chave- Áudio-descrição; Tradução Visual; Tradução Simultânea; Pessoa com deficiência; Diretrizes para áudio-descrição.

ABSTRACT

This paper presents and discusses some definitions of audio description in the understanding of some Brazilian trainers. It discloses how some of these trainers see simultaneous audio description and how they conceive the role of the visual translator in that work. It also discusses about the basic guidelines for an empowering audio description, its applications in the context of visual translation of educational and scientific events such as conferences, lectures, classes and in everyday like and it demonstrates how failure to follow guidelines for audio description compromises the quality of the visual translation. This work also Expresses the viewpoint that there is no real audio description if the person with disability is not provided with the visual information available to his or her sighted peers. It argues that the task of audio describing is a serious work and therefore campaigns that anyone who does audio description or who teaches it should make of his work a mirror to his daily practice. The article concludes by saying that the most challenging way for the audio describer to show his or her proficiency in visual translation is to audio describe life events simultaneously, for it is then when he or she has to evidence what he or she knows what and how too audio describe a visual event. Keywords- Audio - description; Visual Translation ; Simultaneous translation; People with disability; audio description guidelines.

1- Introdução

Ao ouvirmos, talvez lermos pela primeira vez o termo áudio-descrição, não nos atentemos para ele, visto que as palavras que o compõem de nada parecem ter ou trazer de novo. Já ao termos contato com a áudio-descrição em um filme, por exemplo, podemos ficar muito “curiosos” a respeito do que é e

para que serve “aquela pessoa” que está ali descrevendo (falando) o filme a que estamos assistindo”.

Então, alguém pode dizer que se trata de uma descrição do filme para as pessoas cegas, o que de uma certa forma não está errado, mas que, no entanto, não é tudo.

A áudio-descrição não é meramente uma descrição falada, e nem uma descrição exclusivamente transmitida por áudio, como o nome pode sugerir. Com efeito, a áudio-descrição não é definida pela mídia que a difunde, embora é por meio da fala (do áudio) que ela tem sido mais conhecida.

Como veremos à frente, a áudio-descrição é uma forma de tradução, e enquanto tradução pode, de fato, ser feita oralmente, mas também pode ser feita por escrito.

Considerando a pessoa com deficiência visual, um dos principais canais de recepção do conhecimento é o da audição. É por esse sentido que o mundo visual pode ser apreendido por ela, quando é descrito ou quando é traduzido por um profissional, treinado para esse fim. Mas, as pessoas com deficiência visual também podem fazer uso do tato para a leitura, assim tendo acesso à áudio-descrição, isto é, lendo a tradução visual que o áudio-descritor produziu de um dado evento visual

Pessoas com deficiência visual, portanto, dependem das vias auditiva e tátil quando a informação imagética é o polo da mensagem. Sabendo disso, pais, parentes e pessoas do convívio da pessoa com deficiência visual têm, ao longo dos tempos, descrito os eventos visuais para elas. Assim um amigo que enxerga descreve o filme que juntos assistem; a mãe, o brinquedo que deu ao filho cego; o pai, a roupa que ele está vestindo; a prima, a cor do cabelo que a amiga tem; o professor o mapa que ele está explicando; a namorada os detalhes da *lingerie* que comprou e que está usando, etc. Mas, todas essas pessoas estão descrevendo, não áudio-descrevendo. E isso é importante enfatizar para que não confundamos descrição com áudio-descrição.

Como diz Lima “descrever, todo mundo descreve, áudio-descrever, aos áudio-descritores cabe. (LIMA, 2011, p. 14)

Não é porque uma pessoa descreveu algo ou ajudou na descrição de algo, que ela é áudio-descritora. Da mesma forma, não é porque uma pessoa fez um curativo em uma criança que ela se tornou uma enfermeira; ou não é porque uma pessoa fez o parto de cachorrinhos que essa pessoa se tornou uma veterinária etc. Para tornar-se um áudio-descritor é necessário estudar, formar-se. Semelhantemente, podemos dizer que não é porque uma pessoa foi capaz de identificar um erro em uma áudio-descrição que ela se tornou um áudio-descritor, da mesma forma que não é porque uma pessoa foi capaz de identificar um erro de continuidade num filme que ela se tornou uma profissional da área fílmica.

No presente artigo, discutiremos a áudio-descrição, apontando como essa área da tradução visual tem sido entendida, definida e ensinada no Brasil. Apresentamos exemplos de como áudio-descrições, feitas a partir de diferentes bases teóricas resultam em diferentes qualidades tradutórias e comentamos brevemente a respeito de como as diretrizes para a áudio-descrição podem ser aplicadas na tradução simultânea de eventos educacionais e científicos como em aulas, conferências, palestras, seminários e similares.

Assim,, a leitura crítica da literatura apresentada constitui mais do que apenas uma reflexão da teoria, oferece uma orientação para a prática de uma áudio-descrição empoderativa, esteada em estudo, na pesquisa, na honestidade para com o usuário e para com a obra.

Este estudo não se esgota em si mesmo, nem tem a intenção de ser profundo, todavia, pretende levantar aspectos relevantes para uma discussão séria e aberta sobre as bases científicas da tradução visual e/ou as orientações teóricas e éticas da prática profissional do áudio-descritor.

Áudio-descrição: formação e formadores

Relevante dizer que pelo pouco tempo que a áudio-descrição está no Brasil, muitos que hoje praticam essa tradução visual semiótica, ou são praticantes de uma técnica que aprenderam pelo fazer, antes que pelo estudo, ou que tendo estudado, o fizeram em cursos de extensão universitária, invariavelmente com poucas dezenas de horas, geralmente ministrados por professores, de alguma forma autodidatas no assunto, ou por formadores que são, em última instância, praticantes da áudio-descrição e que ministram seus cursos no espaço universitário e, mesmo, em cursinhos pagos em espaços alternativos.

Muito embora já exista uma importante quantidade de dissertações e algumas teses escritas com e no tema da áudio-descrição, raras são as publicações a respeito do como fazer, das implicações da técnica tradutória da áudio-descrição. Em geral, aqueles trabalhos se restringem à pesquisa de recepção (Eliana Franco, 2010), a respeito da importância da áudio-descrição ou do dever de a oferecer. Entretanto, bem poucos estudos se dedicam ao como fazer, considerando o porquê das diretrizes serem o que são, das bases científicas de sustentação a elas etc. E, obviamente, há algumas dissertações que tratam da áudio-descrição nos livros didáticos e no teatro, mas, mesmo estas dedicam-se, em grande parte, aos temas mencionados anteriormente.

Isso significa que ainda não há massa crítica suficiente para a construção de normatização com base científica sólida e que permita dizer dos processos cognitivos que permeiam o ato tradutório das imagens para pessoas cegas ou com baixa visão, a despeito de alguns quererem dizer de uma áudio-descrição brasileira, para cegos brasileiros ou algo que o valha.

Há, portanto, muito senso comum na área da áudio-descrição, parte do que é decorrente de barreiras atitudinais ou, quem sabe, da dificuldade de praticar algo de que não se tem pleno conhecimento: aquilo de que não se tem “firmeza”, usa-se “à moda brasileira”, “inova-se”, parece ser a tônica de algumas falas.

Para nós, é como ter carteira de habilitação para carro de passeio e pegar um caminhão para dirigir. Pode-se guiar o veículo, mas muito ainda há que aprender antes de que se o venha dirigir bem, de o dirigir profissionalmente. O mesmo vale para a áudio-descrição, não se pode simplesmente sair por aí dizendo que se está “inovando”, que se está fazendo uma tradução à brasileira, negando conhecimento, o estudo e a pesquisa científica sob o argumento de audição à diferença cultural desde ou daquele país, mesmo porque não podemos alegar que a pessoa cega brasileira não tem a competência cognitiva ou de compreensão intelectual que tem uma pessoa cega americana, inglesa, alemã ou japonesa.

Em suma, se de um lado não se pode negar a quantidade de áudio-descritores suficientes para a oferta desse serviço, por exemplo na TV brasileira, posto que eles já existem em nosso país; de outro, a formação/certificação desses profissionais deve vir imediatamente e com qualidade, de modo que essas reflexões apareçam na formação profissional do tradutor visual, formação esta, não como uma via para confirmar os que já estão trabalhando, nem para meramente “diplomar” quem quer entrar na área, mas para formar verdadeiros tradutores visuais, com os quesitos necessários para formação em tradução, tal qual, qualquer bom curso de tradução o deve fazer.

Isso é o que se pode esperar, considerando a formação de tradutores visuais. Contudo, será que é isso que acontece? Parece que não. Mas, talvez, estejamos vendo uma luz no fim do túnel. Com efeito, é de informação recente que já em 2014, um curso de especialização em áudio-descrição, o primeiro no país, a ser ministrado no seio da Universidade Federal de Juiz de Fora³, curso este, porém, previsto para ser ofertado à distância, com vários professores de distintas áreas e, possivelmente, por particulares que praticam, formam ou são usuários da áudio-descrição.

Com base nesse cenário, é possível que se distingam os profissionais que compõem o corpo de atuantes na atividade de tradução visual, o que pode

³ Ver no <http://www.ufjf.br/secom/2013/11/25/curso-de-especializacao-em-audiodescricao-abre-inscricoes/>

lançar alguma luz formativa nessa área do conhecimento científico. E isso é de extrema necessidade e urgência, visto que ainda hoje conceitos básicos da áudio-descrição são confundidos por praticantes e mesmo formadores de áudio-descritores: confunde-se o profissional da locução da áudio-descrição com o áudio-descritor; confunde-se consultor com áudio-descritor (inclusive criando a “função” de “audiodescritor consultor”, uma pessoa com deficiência visual que seria capaz de fazer a áudio-descrição por si só); “inventa-se” um áudio-descritor roteirista, ignorando que quem faz um roteiro já está fazendo a tradução visual, isto é, está áudio-descrevendo.

Embora este texto não venha tratar das distintas atividades em que podem os profissionais da tradução visual atuar, elencamos abaixo, para efeito de que se possa cuidar melhor da formação dos áudio-descritores, alguns dos profissionais que podem estar envolvidos na produção de uma áudio-descrição, apontando que, na maioria dos casos, o áudio-descritor acaba por fazer duas ou mais dessas atividades. São eles:

- Áudio-Descritores;
- Consultores;
- Locutores;
- Técnicos;
- Revisores;

É mister, aqui, ressaltar que embora o áudio-descritor possa fazer mais de uma dessas atividades, não é correto quando um “audiodescritor” diz que faz a tradução visual e é dela revisor. Também, não é correto quando um “audiodescritor” relega ao consultor o papel de “aprovar” a tradução feita pelo primeiro, usando do consultor com mero “inspetor de qualidade”. O consultor é um profissional que deve saber muito de como fazer a áudio-descrição, de como é processada a informação imagética, capturada pela audição, e de como as pessoas com deficiência visual fazem uso das informações visuais descritas e das configurações imagéticas em geral. Ele é o profissional que aponta erros tradutórios que vão do uso vernacular, aos que se esteiam em

barreiras atitudinais ou os que estão impregnados do desconhecimento de como as pessoas com deficiência enxergam por meio da audição ou tato. Ele é o profissional que, num evento simultâneo, com vários áudio-descritores, por exemplo, indica quem deve entrar ou sair da tradução, quando fazê-lo etc. Ele é o que indica erros que estão sendo cometidos, omissões que estão sendo feitas etc.

O consultor é o profissional que ganha tempo para o tradutor, dando à tradução a qualidade que o áudio-descritor eventualmente não conseguiu alcançar.

Assim, não é apresentando uma tradução para uma pessoa cega, a fim de saber dela se ela entendeu, se ela acha que a descrição ficou boa, que se vai nomear essa pessoa de consultor. Tratá-lo dessa forma é um desrespeito a esse profissional, tanto quanto é desrespeito e desconhecimento do papel desse profissional, achar que é “perder tempo” fazer uso do serviço dele. Isso só vai ser assim, se a formação dele for ruim, ou ruim for a formação do tradutor visual, coisa que pode acontecer pois muitos dos que formam áudio-descritores no Brasil, o fazem com base em suas experiências de praticantes da áudio-descrição, isto é, de autodidatas ou, quando oriundo da academia, nem sempre provindo de áreas como o da tradução ou que investigam a imagem e a pessoa com deficiência visual, por exemplo.

Disso decorre “diferenças de escolas” na formação dos formadores, percebido nos diversos momentos que esses formadores ainda estão “imprecisos” no conceito e prática da tradução visual. Vejamos, por exemplo, nos extratos abaixo, como alguns formadores definem áudio-descrição e dão lições a respeito:

“A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir e **entender melhor** filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e outros, **ouvindo o que pode ser visto**. É a arte de transformar aquilo que é visto no que é ouvido, o que abre muitas janelas para o mundo para as pessoas com deficiência visual.” (...) No Brasil, a primeira peça comercial a contar com o recurso de audiodescrição foi “O Andaime”, no Teatro Vivo, em março 2007.” (sem grifo no original) (Livia Motta (<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=22027>))

“Aliás, outra explicação, o que se faz na peça *Andaime* não é audiodescrição, mas **narração ao vivo**. A audiodescrição acontece sempre com áudio pré-gravado, onde o timing do programa já está definido, o que não é o caso de uma peça de teatro, mas de um filme.

“Ora, mesmo que freqüentem um curso, os audiodescritores não se “criam” tão rapidamente, é preciso muita prática. E audiodescritor é quem escreve o roteiro, principalmente.” Eliana P. C. Franco, 2008, “Áudiodescrição e Tradução: Acessibilidade audiovisual” (<http://audiodescricao.wordpress.com/>)

Desses extratos verificamos que a primeira autora ainda restringia a abrangência da áudio-descrição ao que se podia traduzir para o áudio e dizia que essa tradução era para que a pessoa com deficiência visual pudesse “assistir e entender melhor filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e outros, **ouvindo** o que pode ser visto...” (grifo nosso). Isso não exprime com exatidão o conceito de empoderamento, quesito indispensável para a áudio-descrição. Tão pouco, abre a possibilidade de a áudio-descrição ser veiculada em mídia escrita, isto que abre mais do que janelas, escancara portas aos indivíduos surdocegos e não surdocegos que possam acessar a áudio-descrição escrita em seus livros didáticos ou outros, nos catálogos, panfletos e toda a gama de possibilidade que o texto escrito permite aos que são alfabetizados, desde que o texto esteja em formato acessível: em tipos ampliados, para as pessoas com baixa visão, ou em Braille, para pessoas cegas, por exemplo.

As demais pessoas com deficiência visual, com dislexia, e outras, continuam tendo a possibilidade da leitura por áudio, seja pela áudio-descrição simultânea, seja gravada.

A segunda autora, embora esteja certa no sentido de que um áudio-descritor não se cria de uma hora para outra, e esteja certa em dizer que o profissional que faz um roteiro áudio-descritivo está fazendo áudio-descrição, confunde grandemente o que vem a ser a distinção entre narração e áudio-descrição, tanto que diz que a tradução visual de *Andaime* não é áudio-descrição, o que é, a propósito.

Não obstante, confundir narração com áudio-descrição é algo bastante comum, mormente entre os principiantes na áudio-descrição e, não menos, entre os que não se dedicam ao estudo mais profundo da tradução visual,

esteando seu fazer profissional exclusiva ou principalmente na prática tradutória. Em outras palavras, muito há por aí que não passa de narração, de contação de história ou de mera descrição, não de áudio-descrição, de fato.

Para entendermos melhor essa diferença, resgatemos, antes, o conceito de áudio-descritor.

O áudio-descritor é a ponte entre a imagem inacessível à pessoa com deficiência visual e a informação acessível pela audição ou leitura das palavras que o tradutor visual usou para traduzir o evento visual. É aquele profissional que produz o roteiro áudio-descritivo ou aquele que faz a tradução visual simultânea de um dado evento. É, pois, o responsável pela Áudio-descrição, isto é, pelo Roteiro Áudio-descritivo e pela Locução da Tradução Visual simultânea ou gravada, quando, no caso desta última, é ele que a faz. E essa responsabilidade não poderia ser de terceiros, visto que a áudio-descrição é um trabalho intelectual do tradutor visual, e, como tal, é livre expressão do trabalho do áudio-descritor (Lima, 2011:7; Lima e Tavares, 2010).

O roteiro, isto é, a áudio-descrição produzida pelo tradutor visual pode ser locucionado pelo próprio áudio-descritor ou por um locutor, o que significa que o áudio-descritor deve estar atento ao trabalho deste também, muito embora, quanto a isso, por vezes ele não tenha domínio, ou mesmo alcance.

O áudio-descritor é o profissional responsável pela tradução visual, do momento que o usuário começa a receber o serviço, até o fim deste. Logo, é ele que se responsabiliza pela produção das notas proêmias, sempre que estas forem ou estiverem disponíveis.

As notas proêmias são orientações áudio-descritivas globais que antecedem, mas não antecipam informações; que apresentam, mas não revelam a obra; e que instruem a tradução visual, sem contudo adiantar aos usuários da áudio-descrição, aquilo que não está disponível aos espectadores videntes.

As notas proêmias são, em geral, usadas para eventos tais como mostras de artes, feiras, peças teatrais, conferências etc. Em alguns casos, consegue-se a autorização para inseri-las em filmes. Logo, elas podem ou não

acompanhar um roteiro, como é o caso de peças publicitárias na televisão, onde não se terá a possibilidade de inserir notas proêmias.

De qualquer modo o roteiro áudio-descritivo deve sempre ser feito. Um roteiro bem elaborado tem maior chance de garantir a qualidade do serviço a ser prestado, a efetivação da acessibilidade comunicacional e o empoderamento dos usuários.

Portanto, produzir um roteiro é sinal de conhecimento e profissionalidade do áudio-descritor. Disso decorre que o papel do tradutor visual não é fazer a leitura da obra, é propiciar ao cliente da áudio-descrição que faça essa leitura, que ele veja por meio das palavras, que ele seja agente ativo no processo de assistir à obra, não sujeito passivo do trabalho do áudio-descritor.

2.1- Narração e áudio-descrição

Entendido o conceito da áudio-descrição, compreendido quem é o tradutor visual e seu papel no ato tradutório dos eventos visuais para as pessoas com deficiência, fica mais fácil perceber a sutil, mas não menos crucial, diferença entre áudio-descrever e narrar, embora esta possa ser, tanto mais fácil para quem vai áudio-descrever, como mais “agradável” para quem vai receber a tradução visual. Ademais, as pessoas com deficiência, quando têm, têm descrição ou narração, quase nunca, tem áudio-descrição, de fato.

Vejamos o que Saveria Arma (2011) diz a respeito dessa confusão entre o que vem a ser áudio-descrição e narração. Atentemos para a observação dela a respeito do empoderamento e as distinções técnicas que diferenciarão esses termos:

"Do ponto de vista terminológico, áudio-descrição recebeu uma variedade de nomes diferentes. De acordo com Hernandez e Mendiluce (2009: 162):

A-D recebeu uma variedade de denominações, tais como "video description", "descriptive video service" (DVS), "audio captioning", "descriptive narration" and "audio vision" (Navarrete 2003, Clark 2001). Além disso, a áudio- descrição, que é o termo mais utilizado entre os

especialistas, é também muitas vezes referida como “narração em áudio”. No entanto, vale ressaltar que há uma diferença marcante entre as palavras “áudio-descrição” e “narração em áudio”, embora sejam muitas vezes utilizadas como sinônimos.

Como Pujol (2007) explica, a palavra “descrição” é muitas vezes usada em contraste com a palavra “narração”. De fato, a ação não representa uma característica crucial para a descrição, mas é da maior importância na narração (Pujol 2007).

Por esta razão, uma vez que a ação de áudio-descrever implica lidar não só com ações, a palavra “áudio-descrição” deve ser preferida a “narração em áudio”. Além disso, **o objetivo final da áudio-descrição não é contar uma história, mas mostrar e descrevê-la, isto é, ajudar a visualizar os elementos relevantes para a compreensão do enredo** (definição, figurinos, gestos, aparência, movimentos e demais elementos relacionados). (...)

O ato de narrar também implica tomar um ponto de vista a partir do qual a história é revelada. No entanto, o ato de áudio-descrever deve ser o mais objetivo possível, isto é deve-se rejeitar tomar partido nos eventos, mas encontrar as palavras certas para permitir que o usuário final possa imaginá-los. (...)

Finalmente, a partir de um ponto de vista mais linguístico, enquanto a narração, muitas vezes usa tanto de primeira e terceira pessoa para contar uma história e inclui vários modos e tempos verbais, a áudio-descrição quase sempre usa a terceira pessoa e o tempo presente." (Saveria Arma (2011) (grifo nosso)

Como o áudio-descritor menos preparado por vezes fica inseguro de sua tradução, fica em dúvida se o usuário vai “entender” o que foi descrito, ele acaba por querer explicar, contar/narrar o que acabou de descrever, inclusive usando de apostrofo em suas áudio-descrições. Isso fere o empoderamento do usuário, bem como denuncia a formação ou estágio de prática do tradutor visual que acaba caindo no que Fausto Da Longiano chamou de “ilustração”, não de tradução, conforme nos ensina Mauri Furlan (2006).

Fausto apresenta, assim, sua concepção da correta tradução, nomeada *ut interpretes*, que não é senão a tradução que tenta reproduzir, além do sentido, o estilo do original em todos os casos em que o permita a língua de chegada, mantendo-se o mais próximo possível daquele também no número das palavras, respeitando, contudo, a *proprietas* de cada uma das línguas. Fausto quer que a tradução reflita o modo de expressão característico do autor traduzido, explorando as possibilidades da língua de chegada até o limite extremo da compreensibilidade. (Furlan, 2006:154)

Trazendo para a áudio-descrição, o papel do tradutor visual é traduzir para o usuário aquilo que viu, na forma que viu, de modo que o usuário aprecie o evento visual na condição que a mídia de acesso e as peculiaridades de sua

“língua de chegada” lhe permitam, “explorando as possibilidades da língua de chegada até o limite extremo da compreensibilidade”, ou em termos da áudio-descrição, da forma mais empoderativa possível.

E, da mesma forma que para Fausto a correta tradução é aquela que leva o leitor ao original, observado que cada texto só tem sentido se é compreensível ao leitor (isto é, observado que esteja em sua língua de chegada), uma tradução visual só é áudio-descrição se estiver na forma em que o usuário veja na mente o evento visual originalmente observado, estudado, pesquisado, visto e não só enxergado pelo áudio-descritor.

A incipiência da áudio-descrição no Brasil, enquanto área de estudo de como a fazer pode ser aquilatada pela diferença de definições em que se baseiam os formadores, uns definindo pela função, outros pelos usuários, outros, ainda, pela técnica etc. As definições variam de citações, de paráfrases e até de bricolagens. Poucos elaboram a definição a partir do conceito de tradução, embora quase todos situem a áudio-descrição no campo da tradução visual, inclusive os que fazem a áudio-descrição com base em suas práticas, mais que com base nos estudos formais e/ou históricos.

Assim vejamos algumas definições de áudio-descrição, começando por um autor que apresenta uma reflexão desse tema, depois, nas palavras dos próprios formadores brasileiros:

“Dentro da área de tradução, cresce uma sub-área intitulada tradução visual, que trata da audiodescrição. Trata-se de uma possibilidade de acesso às pessoas com deficiência a diversos espaços comuns ao cidadão, possibilitando mais que um compartilhamento de informações, mas um exercício de cidadania e de igualdade de direitos, respeitadas as diferenças.”

(...) “Entre os aspectos não enfatizados nas definições correntes no Brasil, tanto pela Lei como pela maioria dos estudiosos e profissionais da área, está a audiodescrição com fins acadêmicos. As definições vistas anteriormente se restringem a temas de cultura e lazer, deixando de lado a audiodescrição no campo da educação. Entretanto, esse tema vem sendo estudado pelo professor Francisco José de Lima, da Universidade Federal de Pernambuco, onde ministra uma disciplina no curso de pós-graduação intitulada “Introdução ao Estudo da Áudio-descrição, voltada à Educação” .

Viera e Lima definem audiodescrição como uma técnica que: "consiste na transmissão por meio oral/textual dos elementos essenciais oriundos de uma determinada imagem que esteja presente em uma dada forma de expressão cultural, desde um filme do cinema às páginas dos livros didáticos, permitindo, especialmente em relação a estes últimos, que suas

mensagens e conteúdos sejam compreendidos pelo aluno com deficiência visual ou com baixa visão." (Vieira e Lima, 2010)"

Os autores, em seu artigo, demonstram, através de exemplos reais e práticos, a importância da audiodescrição no contexto escolar." (Vergara Nunes et al, 2010, s/p)

O autor não explicita, contudo, que o tratamento dado à áudio-descrição no âmbito educacional por Lima e Vieira coloca a áudio-descrição como um ato tradutório que apenas cabe ao áudio-descritor, portanto, distinto do que é a descrição propriamente dita. E isso vai diferenciar na prática profissional, assim como no olhar teórico de Lima enquanto formador de áudio-descritores e ele próprio formado em curso de áudio-descrição nos Estados Unidos em 2010 e 2011.

Mas, agora, deixemos falar os formadores de áudio-descrição no Brasil para que, nas palavras deles conheçamos o que ou como é que definem áudio-descrição:

"Definida como um modo de tradução audiovisual e intersemiótica no campo dos estudos de tradução e como um recurso de acessibilidade assistiva no campo das tecnologias assistivas, a audiodescrição permite a revelação da imagem de uma obra audiovisual ou visual **por meio de sua descrição em áudio** que complementa os outros sons originalmente construídos para a obra, como o diálogo, a música e os efeitos sonoros." (sem grifo no original) (Eliana Franco, 2013)

"Diferentemente da legenda fechada para surdos, a **tradução audiovisual para cegos e pessoas de baixa visão**, ou audiodescrição (AD), **ainda não foi introduzida no Brasil**. A AD pode ser definida como a técnica utilizada para tornar o teatro, o cinema, a TV, bem como obras de arte visuais, acessíveis aos cegos. Trata-se de **uma narração adicional** que, no caso do cinema, da TV e do teatro, descreve a ação, a linguagem corporal, as expressões faciais, os cenários, os figurinos. **Seria a tradução das imagens**. A tradução é colocada entre os diálogos e não interfere nos efeitos musicais e sonoros." (Soraya Alves, s/d, sem grifo no original)

"A audiodescrição (AD) é uma modalidade de tradução audiovisual (TAV) que se **constitui** em um recurso de acessibilidade desenvolvido **para atender as necessidades de pessoas com deficiência visual**. A AD de filmes consiste na descrição das informações que apreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, nem na trilha sonora, tornando-se assim acessível também para quem não enxerga. A AD pode ser chamada de tradução com base na definição de Jakobson (1995), que reconhece três tipos de tradução: a interlinguística (entre duas línguas

diferentes), a intralinguística (dentro da mesma língua) e a intersemiótica (entre meios semióticos diferentes, do visual para o verbal e do verbal para o visual). A AD, por se tratar da tradução de imagens em palavras, seria um exemplo do terceiro tipo apresentado pelo autor (JAKOBSON, 1995, p. 64-65).” (Vera Lúcia Santiago, 2011, s/d, grifos nossos)

Nos extratos acima percebemos que ainda se pensa a áudio-descrição como algum tipo de descrição oralizada, narrada, cuja inserção se dá exclusivamente em filmes, peças teatrais, mostras e similares, e não como uma tradução do evento visual em palavras (“Seria a tradução das imagens”, Soraya Alves). Entender que a áudio-descrição é a tradução de um evento visual em palavras e que não é contar o que se viu, inferir sobre o que se viu, nem explicar foi visto para uma pessoa com deficiência visual (atos que não constituem áudio-descrição, mas que estão presentes nas “audiodescrições” por aí)⁴, é crucial para se fazer uma áudio-descrição empoderativa, *ut interpre*.

Também vemos, nas definições acima, que as autoras consideram que a áudio-descrição é um recurso de acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão e que essa descrição pode ser gravada (uma das autoras diz de uma “audiodescrição pré-gravada”, o que é uma redundância, pois se já é gravada, é pré) e que pode ser feita, assim para filmes e peças, como para eventos em museus.

Embora situem a áudio-descrição no campo da tradução, a definição que essas formadoras/pesquisadoras oferecem não dá conta dos eventos visuais, em geral, nem diz do empoderamento que distingue esse ato tradutório do que desde sempre se fez para pessoa com deficiência: descrever oralmente imagens e situações, algumas vezes, registrando essas descrições em livros e, mais recentemente, dispondo-as em sites.

Elaborando a escrita de nossa definição de áudio-descrição ao longo de nossos estudos e, sentindo que nossas definições anteriores seguiam pelo mesmo caminho de uma definição rasa, burilamos nosso texto para mostrar o que é áudio-descrição, enquanto tradução, indo para além de mostrar a aplicação popular dela como recurso de acessibilidade em eventos teatrais, fílmicos e/ou artísticos, para dizer do que ela é em essência: tradução visual

⁴ vide exemplos em Lima, 2012.

semiótica. Afinal, como diz Fausto, citado por Furlan (2006), “mais importante do que a discussão sobre a utilidade da tradução é o como, o *modo de lo tradurre*”.

A áudio-descrição é um gênero tradutório semiótico que traduz/exprime os eventos visuais em palavras, as quais devem, com mesma magnitude e qualidade imagética, eliciar na mente de quem recebe a áudio-descrição (o usuário final da A-D), as imagens que aqueles eventos eliciaram na mente de quem os traduziu, isto é, na mente do áudio-descritor.

Para que seja áudio-descrição, a tradução visual deve visar ao empoderamento do cliente/usuário da áudio-descrição na **apreciação**, entendimento ou visualização **dos eventos visuais traduzidos**, de maneira honesta e sem a inferência, condescendência ou paternalismo do tradutor visual, sem a subestimação, generalização ou outra forma de barreira atitudinal do áudio-descritor para com seu usuário.

Em suma, a áudio-descrição traduz os eventos visuais em palavras, as quais podem aparecer na forma de:

- palavras visuais (em tinta com tipo ampliado ou em fonte computadorizada que poderá ser lida com software ampliador de tela ou sintetizador de voz);
- palavras hápticas (escritas na palma da mão, geralmente de pessoas surdocegas, ou escritas em Braille para ser lidas em suporte eletrônico ou em suporte tradicional);
- palavras oralizadas (geralmente apresentadas na forma de voz humana gravada, ou, ainda, simultaneamente falada e lida hápticamente por meio da técnica do Tadoma, técnica de leitura vibro-háptica usada por pessoas surdocegas);
- palavras oralizadas (com voz sintetizada, principalmente usada em computadores e celulares, em áudio-descrições de material didático);
- palavras oralizadas (na voz humana do áudio-descritor que traduz simultaneamente o evento visual).

Aquelas definições que apenas traziam a função da áudio-descrição, exemplificando algumas de suas aplicações, se faziam sentido há anos atrás, quando o comum das pessoas não sabia sequer da existência da áudio-descrição, hoje não fazem mais sentido entre pesquisadores da tradução visual e de estudiosos da áudio-descrição, apesar de que muitos populares, usuários e mesmo membros da academia, mormente de áreas diversas ainda não sabem o que é áudio-descrição.

Por isso foi necessário, na definição acima, dizer explicitamente que a áudio-descrição situa no campo da tradução visual semiótica e que ela se distingue da descrição, mesmo quando esta é feita oralmente às pessoas com deficiência visual. A áudio-descrição, enquanto tradução visual, distingue-se da descrição, também, na qualidade de se fazer chegar ao usuário o evento original, o evento visual, “até o limite extremo da compreensibilidade” (empoderamento oriundo da tradução visual, a “*ut interpretes*” da áudio-descrição, como Fausto definiu a tradução).

Além de haver entre os praticantes da áudio-descrição diferenças que denotam suas respectivas práticas (quando destituídas da pesquisa e quando destituídas dos conhecimentos necessários das diretrizes tradutórias, das técnicas de tradução e, acima de tudo, de como as imagens são ou podem ser de benefício às pessoas com deficiência visual, consideradas as peculiaridades da captura auditiva e/ou háptica da tradução visual por essas pessoas), nas questões mais formais há os que, de um lado, defendem que a áudio-descrição é um gênero tradutório, cujo léxico é formado da composição dos termos áudio e descrição, diferenciando-se de áudio, visto que pode ser traduzido em palavras escritas e de descrição, uma vez que visa o empoderamento da pessoa com deficiência, isto é, sem a subjetividade inferencial daquele que descreve e/ou da descrição propriamente dita. De outro, os que entendem a “audiodescrição” como narração em áudio.

Assim, os que entendem a áudio-descrição como uma tradução visual, como uma elaboração dos termos que compõem tal léxico, grafam-no em

conformidade com a Base XV do Acordo Ortográfico⁵, isto é, grafam-no com o traço de união (Seemann et al, 2012, Lima et al, 2009).

Não obstante, a grafia da palavra áudio-descrição é questão de menor importância, quando se consideram as diretrizes de como fazer a tradução visual, posto que são estas que, quando não observadas, levam a uma qualidade de tradução nada Faustiana. Mais significativamente ainda, o não estudo profundo das diretrizes, ignorando-as em nome de uma “audiodescrição brasileira”, cearense, baiana, paulistana etc. pode significar uma tradução esteada no “achismo”, em uma prática do senso comum, o que sabemos, nem sempre se sustenta no bom senso. Pelo contrário, invariavelmente, é esteada na padronização dos serviços, nos estereótipos, nas barreiras atitudinais que ora subestimam, ora superestimam a pessoa com deficiência, por vezes, negando a deficiência e os limites que essa deficiência impõe (Lima e Guedes, 2010).

E isso acaba por dar margem a que pessoas com baixa visão se digam áudio-descritores. E, isso, sabemos, implica em questões éticas e de base profissional formativa. Claro está que se uma pessoa consegue ver o que vai traduzir, ela tem a ferramenta para áudio-descrever, se ela precisa do recurso, por ser pessoa com baixa visão, ela não deve assumir o ato tradutório, pois não estaria sendo honesta com o usuário, coisa que é basilar no ato tradutório.

Ademais, imaginemos uma pessoa com baixa visão áudio-descrevendo um espetáculo circense e que não consegue ver os gestos da mão do mágico ou que vai traduzir uma peça teatral e não consegue ver as expressões faciais dos atores, base fundamental para a áudio-descrição. Ao descrever estaria ela de fato áudio-descrevendo? Não.

⁵ Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (em vigor desde 2009). BASE XV: DO HÍFEN EM COMPOSTOS, LOCUÇÕES E ENCADEAMENTOS VOCABULARES . “ Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido.” Disponível em http://www.academia.org.br/abl/media/O%20Acordo%20Ortogr%C3%A1fico%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa_anexol%20e%20II.pdf

Tanto uma pessoa cega como uma pessoa com baixa visão podem descrever, a primeira, a partir do que tocou, cheirou etc. a segunda, a partir disso e do que viu, ainda que não tenha visto com o detalhamento de que veria, caso não fosse pessoa com baixa visão. Mas, seria ético que fosse ou se intitulasse de tradutor visual? Seria ético dizer-se áudio-descritores? Há, no Brasil, os que pensam que sim. Mas, será que eles estão fazendo uma áudio-descrição empoderativa ou estariam/estão fazendo uma "audiodescrição brasileira"?

Obviamente que não se trata aqui de negar as bases culturais de uma tradução, mesmo porque, como já mencionamos, a tradução deve considerar a língua de chegada, de modo a fazer com que a pessoa com deficiência tenha pleno acesso ao evento visual original, dentro das condições permitidas pela via conhecida como áudio-descrição. E, também como vimos, consideramos que essa tradução deve considerar o original, sem o deturpar, censurar, alternar, editorializar, sem explicar ou narrar o evento, em lugar de o traduzir, em lugar de o áudio-descrever.

E tudo isso está, de há muito, presente nas diretrizes da áudio-descrição⁶, bastando o estudo e a pesquisa nesse campo.

Com efeito, ainda que se leiam as diretrizes, se os áudio-descritores não as estudar, a leitura não basta, até porque elas podem exemplificar com atuações do tradutor visual no âmbito das peças teatrais, na área fílmica, nas mostras artísticas, mas não se vai encontrar as diretrizes aplicadas a todas e cada uma das possibilidades de seu uso. Por exemplo, pouco há que trate das diretrizes em eventos tais como seminários, conferências e outros similares, o que requer conhecimento das diretrizes e dos aspectos tradutórios e das bases que envolvem a pessoa com deficiência e o mundo das imagens, para citar alguns dos conhecimentos basilares para uma prática efetiva, empoderativa, profissional nessas áreas.

⁶ ver Diretrizes para Áudio-Descrição e Código de Conduta Profissional para Áudio-descritores. Trad. de VIEIRA P., 2010)

Resultado da falta desses conhecimentos, da pouca formação dos áudio-descritores, e mesmo da baixa qualidade de formação de alguns deles (que são enganados por oportunistas que, jamais tendo estudado, colocam-se como formadores, meramente porque têm uma deficiência visual ou porque “trabalhavam” com acessibilidade ou em área afim), é vermos áudio-descrições que de nada empoderam o usuário, os quais, por sua vez, deixam a áudio-descrição de lado, abre mão de seu fone, mesmo quando disponível em um dado evento.

Isso nos remete a pensar na importância de os formadores explicitarem, em seus sites e em outros espaços, seu currículo, sua formação e o que fazem para sua própria formação continuada, onde se formaram e sob que condições fizeram sua formação. Mas, isso nem sempre vemos acontecer, muito embora alguns assumem que se formaram a partir de uma prática, aprendendo com o fazer, o que é uma das estratégias de aprendizagem, mas que não pode constituir-se na única.

A leitura de artigos, dissertações e teses é outra estratégia importante, mas, de novo, não pode ser a única, visto que texto lido não implica, automaticamente, em conteúdo aprendido, sabido. Ademais, diretrizes não podem ser lidas como regras distintas, isoladas, destituídas do contexto, isto é, destituída do empoderamento que deve buscar e do respeito ao original que deve o áudio-descritor prestar para obra. E, o conhecimento sobre o que é o empoderamento e como ele se dá não é algo de mera reprodução verbal da literatura expressa.

2.2- Áudio-descrição simultânea: diferentes perspectivas

No recorte que para este artigo fazemos, pois, dedicamos, à frente, a falar brevemente da áudio-descrição no evento simultâneo, em particular aquele de cunho didático como aulas, palestras conferências etc., refletindo algumas das diretrizes na prática do áudio-descritor que vai traduzir esses eventos.

Antes, porém, apresentemos como alguns formadores de áudio-descritores têm entendido o que é um evento simultâneo, como alguns formadores orientam a tradução visual para esse fim no Brasil e como nós próprios discordamos das posições e lições que aqueles formadores dão na literatura que publicam:

No entendimento de Franco, “audiodescrição simultânea” é aquela feita “...**sem preparação alguma**”, o que ao nosso ver certamente não é correto. Afirmamos que é exatamente o contrário, já que a áudio-descrição desses eventos requer grande conhecimento por parte do áudio-descritor, principalmente das diretrizes e do assunto que ele vai traduzir.

Obviamente, isso requer estudo prévio dos possíveis assuntos abordados, preparação ampla a respeito do polo imagético dos assuntos, grande repertório lexical, boa dicção, domínio teórico das diretrizes (principalmente do que Lima, 2011, define como a expressão 3Cs+E+V⁷), controle emocional etc., pois uma pessoa que se mete a fazer áudio-descrição sem preparação alguma não é profissional da tradução visual, não é e nem pode ser chamado de áudio-descritor. Nas palavras da autora:

“Por último, **AD simultânea também acontece ao vivo, porém sem preparação alguma**. Em programas de TV ou noticiários ao vivo, por exemplo, não é possível prever o que será falado ou filmado. Assim, o roteiro não existe e o audiodescritor-locutor terá que ser hábil e rápido o suficiente para descrever imagens que lhe são apresentadas pela primeira vez.” (Eliana Franco, 2008, grifo nosso)

Na mesma esteira, vejamos o que dizem Costa e Frota (2011)

“Antes de mais nada, cabe chamar atenção para o fato, interessante, de que na AD simultânea há toda uma gradação de simultaneidade, digamos assim — **ela pode ser totalmente improvisada**, num extremo dessa

⁷ Aspecto formativo ou escolha tradutória: 3C+EV

A concisão remete à áudio-descrição com o mínimo de palavras, ditas em um curto espaço de tempo, isto é, expressas com brevidade, porém com o máximo de informações possível, o que quer dizer, de modo direto/objetivo.

A clareza exprime, com a maior nitidez, o texto áudio-descritivo.

A correção refere-se à exatidão com que se áudio-descreve um evento visual.

A especificidade é a escolha tradutória de termos/palavras que eliciem a melhor e mais precisa ideia do que se está áudio-descrevendo.

E a vividez é a escolha tradutória que elicia a mais vívida imagem na mente de quem ouve/lê a áudio-descrição. (ver Lima, 2011)

gradação, ou pode contar com algum tipo de preparação, como por exemplo no contexto de um congresso, se o audiodescritor tem a chance de ter algum contato prévio com o palestrante cujo trabalho será audiodescrito. Nesse caso não há roteiro, ou, em outros termos, **pode-se dizer que roteiro e locução são uma só e mesma coisa**. Sem conhecer o produto, o audiodescritor terá dificuldade em escolher tanto os melhores momentos para inserir a descrição quanto os elementos a serem priorizados. Ou seja, a sincronia e a escolha das palavras ficarão prejudicadas e, por isso, a **AD simultânea deve ser escolhida somente como último recurso**. (Costa e Frota, 2011:10, grifo nosso)

Contrariando o que parecem defender as autoras, afirmamos que são nos eventos simultâneos que a tradução visual não pode faltar, nem o improviso pode ser a tônica do ato profissional, o qual deve antes de mais nada, estear-se em profundo e dedicado trabalho de pesquisa e estudo do que vai ser traduzido, dos recursos tradutórios que serão necessários para o ato tradutório etc.

Em suma, na áudio-descrição simultânea o conhecimento do tradutor sobre como fazer a áudio-descrição é colocado em prática, e à prova, ao máximo do exercício laboral, como veremos mais à frente. E, quando as autoras dizem que “pode-se dizer que roteiro e locução são uma só e mesma coisa”, a proposição é tão incongruente que não faz sentido sequer comentar, visto que é sabido que o roteiro é a construção, em geral escrita, do que se viu e de como se vai locucionar, ao passo que locução é a leitura do que constitui a tradução visual. Roteiro é o que vai orientar uma tradução simultânea, no teatro, por exemplo, ao passo que locução é a gravação de um dado roteiro, em um filme, por exemplo.

Para além desses aspectos, a distinção que as autoras e outras têm feito sobre áudio-descrição ao vivo e simultânea não parece relevante, muito embora alguém possa advogar isso, para os eventos em que se faz a áudio-descrição em *voice-over*. Afinal, quando se está fazendo uma áudio-descrição de uma peça teatral não se está fazendo simultaneamente, como quanto se está áudio-descrevendo em uma palestra ou em uma sala de aula? Pois é, o conhecimento das bases tradutórias, como temos salientado, nos ajudaria a entender melhor e mais precisamente os conceitos que esteiam a áudio-descrição.

Até que façamos isso, veremos a profusão de miscelâneas (que permeiam as falas de áudio-descritores e de nós, formadores de áudio-descritores) e a confusão que vemos em questões simples como é o caso de como conceber e fazer a áudio-descrição simultânea.

2- Reflexões sobre o processo de captura da informação áudio-descrita

Como apontamos anteriormente, recente no Brasil, a áudio-descrição vem passando de um momento de amadorismo para um momento de aprofundamento dos estudos dessa área da tradução visual, deste gênero de tradução que, em lugar de traduzir de uma língua pra outra (como tradicionalmente se espera ao falar de tradução), traduz, porém, de uma linguagem para outra, de modo que a língua de partida são os eventos visuais, a língua de chegada, a via pela qual a pessoa com deficiência, em particular com deficiência visual, captura, interpreta, aprecia e produz imagem.

Esse resgate conceitual é necessário neste ponto de nosso estudo, pois precisamos estabelecer algumas comparações que poderão facilitar o entendimento das diretrizes usadas na áudio-descrição dos eventos, tais como palestras, conferências e outros.

Assim vejamos: se numa tradução podemos lançar mão de uma tradução literal, isso pode, em alguns contextos, acontecer/ser usado na tradução visual. Por exemplo, uma tradução literal, palavra a palavra, terá como correspondente, na áudio-descrição, uma tradução que encontre correspondente tátil direto.

Exemplo disso ocorre na tradução de configurações que encontram “fácil” correspondência háptica, como é o caso de descrições de formas geométricas simples. Tomemos o exemplo de um desenho composto de formas geométricas: paralelogramo vermelho de 15 centímetros de comprimento, sob o qual há um quadrado de 15 centímetros; dentro do

quadrado, à direita, há um retângulo vertical marrom e à esquerda, centralizado, um pequeno quadrado azul, alinhado com a parte superior do retângulo marrom. Integrando-se na mente cada uma das informações, se perceberá que se trata de uma casa.

O processo cognitivo usado para chegar a essa informação envolveu o reconhecimento lexical, o conhecimento das formas geométricas e das convenções que permitem a representação gráfica bidimensional de objetos do mundo tridimensional.

Envolveu, ainda, o conhecimento de mundo do usuário com as regras do desenho e uma busca no banco de imagens mentais para, a partir de comparações e manipulações da configuração, chegar à imaginação de uma casa.

Do mesmo modo como se dá com o reconhecimento háptico de configurações bidimensionais, e mesmo tridimensionais, na formação da imagem auditiva necessitou-se adicionar diferentes partes do elemento para chegar ao padrão completo.

Na tradução visual implica dizer que o ouvinte da áudio-descrição teve de integrar na memória os diferentes dados e deles fazer sentido, construir uma informação, a formação mental de uma imagem, ou de uma representação mental, conforme Lima (1998).

Em outras palavras, há uma transcodificação do contínuo auditivo em imagem, donde cada imagem de uma imagem ou cada elemento holonímico, e seus meronímicos, precisaram ser agregados para que a hiperonímia se desse e a imagem total fosse construída.

E, ainda assim, não se pode pensar que a tradução tenha sido por essência a literalidade de uma língua para outra, isto é, do evento visual para o verbal, como se a imagem tivesse sido transmutada para a mente do usuário, da mesma forma que não se pode pensar que na tradução lingual se trocou as palavras de uma língua por outra, como se bastasse tê-las coletado de um dicionário.

As características do evento visual tridimensional, colorido, por vezes dinâmicos de tamanho muito grande ou muito pequeno etc., uma vez passado pela transcodificação de modalidade específica, mudam em atributos, às vezes não disponíveis às pessoas com deficiência visual, como é o caso de cores para pessoas cegas congênicas totais, como é o caso de elementos visuais antes não conhecidos aos olhos de quem ficou cego no decorrer da vida.

Por conseguinte, a áudio-descrição não é uma ferramenta de “transporte” imagético, mas uma ferramenta para a construção de imagem pela pessoa que não vê o evento visual, isto é que a “empodere” a imaginar o evento áudio-descrito.

A áudio-descrição não substitui a visão, e nem o áudio-descritor é um milagroso que restituirá a visão de quem ficou cego. Por isso, não há de se falar em áudio-descrição que permite aos cegos compreender a obra, nem em áudio-descrição para brasileiro, americano ou húngaro, pois o processo de compreensão do filme, por exemplo, está associada a processos superiores, de ordem cognitiva de conhecimento de mundo e tudo mais que já mencionamos.

Áudio-descrição não é a tradução para esta ou aquela nacionalidade, mas para a pessoa que dela faz uso, no caso em tela, a pessoa com deficiência visual, a qual terá a oportunidade de acesso comunicacional a uma construção imagética possibilitada, a partir das palavras do tradutor visual.

Assim, quando a diretriz nos remete a dizer o geral, apenas para depois seguirmos para os específicos, é porque quando apresentamos a hiperonímia do evento, eliminamos importante carga da memória semântica, abrindo caminho para a construção de imagens que somarão a outras, desenhando na mente do usuário o evento visto pelo áudio-descritor. Nesse sentido, Lederman Klatzky (1987) dizem que as classes superordenadas ajudam no reconhecimento do objeto explorado, liberando a memória para a aquisição de novas informações. As cientistas mostram que a captura do tridimensional não é aleatória e os movimentos exploratórios seguem um objetivo específico.

Lima (1998) explica que o reconhecimento de uma configuração imagética se dá tanto pela nomeação da configuração, quanto pela produção

imagética dela, ainda que não se tenha o conhecimento do léxico que a ela defina.

O cérebro humano, portanto, produz imagens capturadas pela visão, pelo tato, pelo ouvido e mesmo pelo olfato e paladar. Daí ser possível imaginar uma feijoada, um uma bela pizza de calabresa, apenas sentindo o cheiro do delicioso prato.

Esses processos são pertinentes aos seres humanos, tenham ele deficiência ou não, podendo, contudo, por parte de uma pessoa com deficiência visual, ser melhor explorados, uma vez que não dispondo do sentido da visão, busca ver o mundo por esses outros contínuos e sentidos.

Estudos têm mostrado a possibilidade, por exemplo, de se transmitir imagens ao cérebro por via de câmeras, as quais são conectadas à língua do sujeito. O cérebro entende os sinais e produz imagem ao ponto de o usuário ser capaz de detectar reconhecer, nomear o objeto.

Sendo, pois, a imaginação um processo ontogenéticos do ser humano, não há de falar em diferença cultural, geográfica ou de condição de deficiência. A capacidade de produzir imagens está lá no cérebro humano.

Logo, se uma pessoa brasileira é capaz de reconhecer um som e dele produzir uma imagem, a pessoa coreana também, o indivíduo espanhol, americano ou brasileiro com deficiência física ou visual, também.

E o indivíduo surdo? Bem, som é modalidade específica da audição, portanto uma pessoa surda não produzirá imagem a partir do que não ouviu. A mesma coisa podemos dizer da pessoa cega e a produção de imagem com a cor.

A pessoa cega produzirá imagem, mas se nunca teve conhecimento/experiência visual com a cor, a imagem será uma representação mental sem cor. Isso significa que não será branca, azul ou preta: apenas não terá cor.

Importante explicar esse processo para entender que se a cultura influencia no entendimento da obra, não será ela determinante para a produção mental das imagens.

De outro lado, as suscitações sonoras influenciarão definitivamente a produção da imagem, donde se a pessoa não souber o que significa a palavra “broa”, ela não verá uma broa, assim de imediato. Porém isso não impedirá de ela imaginar a coisa que foi descrita, a despeito de antes não conhecer o léxico.

Assim temos que o som, mesmo o som de uma palavra desconhecida, pode eliciar uma imagem na memória de quem vê, não por que se pertence ao uma cultura, mas porque se tem o conhecimento daquele som e, no caso da palavra, do significado a ele associado.

Em suma, as pessoas cegas ou com baixa visão têm a capacidade de produzir imagens a partir do som (das palavras) e por esse meio, ver o que se está a mostrar. Elas poderão chegar a uma imagem do evento pela somatória das informações auditivas, das táteis e delas em conjunto, completando gestáltica e cognitivamente as “lacunas” deixadas pelo evento visual e pela áudio-descrição, sempre que esta for empoderativa.

No mesmo processo, se a áudio-descrição não for bem feita, a tradução poderá levar o usuário a um entendimento errado da obra, por exemplo quando se faz uma inferência do que se vê, não se traduz o que foi visto; ou quando a língua de chegada é violada, isto é, quando a áudio-descrição apenas traduz para quem vê, não para quem não enxerga.

A exemplo disso podemos dizer daquelas traduções que continuam a não empoderar o usuário: “carro esporte lindíssimo”, por exemplo, não permite com que se saiba nada do carro, nem a cor, nem o ano, nem porque se o acha lindíssimo e nem se permite eliciar na mente do usuário de que carro esporte se está falando, a marca dele etc. Outro exemplo pode ser percebido em analogias que só traduzem para quem teve experiência visual, ou eventualmente tátil, com o evento traduzido: “usa chapéu parecido com o de

cangaceiro”, nem permite saber como é o chapéu que se está usando, nem como é o chapéu de cangaceiro propriamente dito.

Tão danosas como essas descrições, são as que fogem a uma logicidade linguística e/ou imagética, deixando o usuário órfão ou perdido no contexto imagético, como vemos a seguir.

3- O uso e não uso das diretrizes na áudio-descrição: breves Apontamentos para Áudio-descrição de Conferências, Palestras e Eventos Similares

No exemplo de áudio-descrição abaixo vemos como a ausência da observação adequada das diretrizes (e.g. descreva o que você vê; não descreva o que você não vê; não infira a respeito do que você não vê na imagem; não antecipe o que ainda não está disponível ao expectador vidente etc.) resulta em uma áudio-descrição confusa, em vez de ser clara, numa descrição, nem sempre correta, específica ou vívida nos descritivos de que faz uso.

Por isso, vemos uma áudio-descrição que diz de um furgão que não existe na imagem; que interpreta expressões que não estão disponíveis na imagem; que ignora que a localização espacial dos imagemas deve aparecer primeiro, até por uma questão de logicidade vernacular (“na calçada”) que não acompanha a orientação de que se deve evitar o uso de advérbios (ansiosamente), quando eles próprios forem subjetivos; que não respeita a diretriz⁸ de não usar o gerúndio na áudio-descrição; e que omite a informação de que Philip está sentado, “hiperonimicamente”, em uma cadeira de rodas

⁸ Ver *Diretrizes para Áudio-Descrição e Código de Conduta Profissional para Áudio-descritores*. Trad. de VIEIRA, P. Revista Brasileira de Tradução Visual, vol.4, 2010. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/>.

(atente para o encosto preto da cadeira, atrás da cabeça de Philip, e ao braço dele sobre o braço direito da cadeira) etc.



“Foto de Lars com sua mala rosa no colo, Josef em pé com sua bengala e Philip com uma pequena bolsa pendurada no pescoço, **na calçada, aguardando, ansiosamente, o furgão**”. (Do site: www.vercompalavras.com.br)

Na áudio-descrição a seguir, vemos, novamente, as diretrizes para a produção de uma tradução visual empoderativa sendo relegadas. Aqui, quebra-se a concisão, afronta-se a correção, peca-se na clareza, rompe-se com a especificidade e viola a vividez, não permitindo construir na mente de quem ouve ou lê a tradução da imagem original, visto que a via de chegada ricocheteia em um ir e vir sem sentido. Em lugar de traduzir, tenta-se explicar; em lugar de ir do geral para o específico, fica-se em um vai e vem na descrição dos imagemas, em lugar de ser concisa tem-se uma áudio-descrição alongada. Se não bastasse, novamente descreve-se o que não aparece na imagem.



“Descrição da Imagem: Os Smurfs, **pequenas criaturinhas azuis medindo aproximadamente 15 centímetros**, estão em pé sobre uma pedra **em frente a um lago, dentro de um parque** arborizado. Ao fundo há alguns edifícios altos e o céu está nublado. Eles posam para o cartaz do filme. Da esquerda para a direita temos Smurf Desastrado, **equilibrando-se para não cair da pedra**; depois, Smurf Ranzinza com a cara fechada e os braços cruzados sobre o peito; **em seguida** está Smurf Gênio **sorrindo com seus óculos de aros pretos**, um livro debaixo do braço e um lápis atrás da orelha; Papai Smurf está bem na frente usando óculos escuros e de braços cruzados; ao lado dele está Smurfette, **fazendo uma pose charmosa com um dos joelhos levemente dobrados**, o rosto virado e a mão esquerda tocando o liso e comprido cabelo loiro. **Por último** está Smurf Arrojado, **o único ruivo da turma**. Ele tem uma expressão desafiadora e traz a mão esquerda fechada na altura do queixo. Desastrado, Ranzinza e Gênio usam roupas tradicionais dos Smurfs: **calça, sapatos e gorros brancos**, deixando o peito nu. Papai Smurf **é o único que usa calça, sapatos e gorro vermelhos**. Ele tem barba branca e bigode bem cheios. Smurfette usa um vestido branco **que deixa os joelhos à mostra. Usa sapatos com um pequeno salto e gorro brancos**. Arrojado usa sobre a roupa tradicional dos Smurfs um kilt – **vestimenta típica dos escoceses – quadriculado e em tons de azul.**” (Do site: ver com palavras. <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2011/08/os-smurfs-tera-exibicao-especial-com.html>)

Na áudio-descrição do convite abaixo, as informações sobre o evento não são áudio-descritas para usuário que, sem esse empoderamento, não tem como saber a que se refere o convite, quando se dará o evento etc.:

O convite é quadrado e tem a metade direita **ilustrada com uma das fotografias da exposição**. Ela mostra a silhueta de um homem de costas, ligeiramente encurvado, que avança a pé por uma estreita rua de pedras. Ele está só e seu caminho é iluminado por uma luz prateada e de grande intensidade, recortada pelas sombras dos prédios em volta, mergulhados na escuridão. **A sombra do homem projeta-se no chão, logo atrás dele, conectada ao seu pé** esquerdo, que toca a via, enquanto o direito ergue-se para o próximo passo. No lado esquerdo **do convite, sobre fundo preto, estão as informações sobre a exposição em parágrafos**

compostos ora com letras cinzas, ora com brancas. (do site: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/>)

No exemplo a seguir, semelhante ao anterior, as informações do convite são sonogadas, numa tradução que nem permite conhecer a origem da obra, nem seu conteúdo, tampouco está em consonância com a expectativa de eliciar na mente do usuário aquilo que vê o tradutor visual.

“O convite retangular é dividido em duas partes: uma com fundo laranja, à esquerda, onde está a logomarca da exposição, composta pela frase: sentir prá ver, escrita em branco e por um retângulo branco, dentro do qual se destaca, também em laranja, a silhueta de duas mãos que parecem tatear alguma coisa. A outra parte, à direita, com fundo branco, contém o texto do convite, escrito nas cores preto e laranja, as logomarcas da Pinacoteca e do Governo do Estado de São Paulo e, logo abaixo das informações sobre datas e horários de funcionamento do museu, os símbolos de acessibilidade universal para pessoas cegas, em cadeiras de rodas, com deficiência auditiva, com baixa visão e com deficiência intelectual. No rodapé, as logomarcas das empresas: Arteinclusão; Tojal, Teixeira, Ferreira, Serrano & Renault Advogados Associados; e Casa do Braille. (do site: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/>)

Anteriormente, consideramos, a título de introito, que as diretrizes precisam ser conhecidas, estudadas e entendidas dentro de um contexto de aplicação, isto é, na aplicação específica, como nas peças teatrais, nos filmes, nas palestras; nas peças infantis, nos documentários, nas palestras de química, etc. Apontamos que a aplicação das diretrizes, se não forem realizadas com conhecimento, ou se forem ignoradas por desconhecimento ou por uma escolha baseada na vontade de “inovar” ou “construir uma áudio-descrição brasileira”, para além de desconsiderar os processos superiores do processamento da informação imagética e outros, inclusive ontogenéticos, leva a erros tradutórios e, quando menos, a traduções pobres e nada empoderativas.

Agora apresentamos alguma dicas mais gerais a fim de que o tradutor possa preparar-se para o trabalho profissional da tradução simultânea.

Quando é que começa o trabalho do áudio-descritor? Essa pode ser uma pergunta quase que ingênua, mas é importante de ser feita e, pelo menos brevemente, respondida. Começa, certamente no momento em que o tradutor aceita a incumbência de áudio-descrever uma palestra, conferência ou aula. Nesse momento ele está comprometendo-se eticamente a dedicar-se a estudar

sobre os assuntos a serem trazidos ao conhecimento do público alvo do evento a que vai traduzir.

Para isso, o primeiro passo do áudio-descritor é ler artigos sobre os assuntos trabalhados, familiarizar-se com os vocabulários de área, identificar as imagens pertinentes ao campo de estudo que vai áudio-descrever etc. O tradutor deverá buscar conversar com pessoas da área, perguntar que é relevante para “ser visto” naquela área.

Para que tenha o melhor entendimento do que vai traduzir e preparar-se para a variedade de coisas com que ele pode se deparar, o áudio-descritor deve buscar ver *slides*, vídeos e imagens sobre o assunto etc. Tudo isso ajudará que tenha uma ideia dos vocabulários, sinais e outros marcadores visuais mais comumente usados na área específica.

Nos momentos anteriores ao evento, o áudio-descritor deverá buscar ter contato com o palestrante, a fim de saber dele sobre sua altura, peso, cor de olhos, cabelos e outros descritivos que deseje ser descrito em si; para solicitar do palestrante informações sobre os *slides* e vídeos, texto e tudo mais que será usado na palestra, solicitando que o palestrante indique o que considera mais importante ser traduzido. Nesse momento de contato com o palestrante, o áudio-descritor poderá perguntar sobre descritivos para as imagens que vão ser exibidas: pronúncia de nomes, cores das e nas imagens; interpretação de gráficos e mapas etc.

Quanto aos descritivos usados na áudio-descrição do biótipo dos palestrantes, a propósito, é importante notar que áudio-descrição da figura humana não é descrever as pessoas como se iguais todas fossem, apenas distinguindo nelas as roupas.

Assim, não são recomendáveis áudio-descrições como estas:

- “mulher branca, cabelo liso na altura dos ombros usando óculos e vestindo casaco marrom e calças pretas”.
- “mulher branca, cabelos cacheados curtos, usando casaco marrom e vestindo calças pretas.”

Pelas descrições acima, as mulheres são “quase sócias”. Efetivamente, não se descreveu traços, atributos idiossincráticos, delas.

O tradutor visual, na capacidade de seu trabalho de áudio-descritores deve ir ao palestrante, indagar-lhe a altura, peso, cor dos olhos, tipo de penteado (se aplicável), tipo de vestimenta (se aplicável) ou de adorno. Deve indagar do palestrante se ele tem algum traço que gostaria de destacar, aspectos físicos descritíveis (não de caráter ou coisa que o valha).

O áudio-descritores deve tornar a pessoa identificável pelos atributos fenotípicos que o palestrante apresenta, não colocar esse palestrante como um ser indefinido numa massa de vestes e óculos.

Aqui vale lembrar que a áudio-descrição deve ser feita de cima para baixo, primeiro dos descritivos pessoais e só depois das vestimentas e dos adornos etc.

Assim, seria aceitável a descrição: senhor branco, 1,70m de altura, 70 quilos, cabelos pretos com entradas na frente e cortados rente à cabeça. Tem testa larga, sobrancelhas espessas, olhos castanhos, nariz levemente inclinado para a esquerda, boca pequena e mãos grandes e compridas. Veste paletó preto, gravata listrada, camisa branca e calça jeans azul-escuro.

A quantidade de descritivos é, como sempre, ditada pela quantidade de tempo e de espaço que se tem para aplicar as técnicas tradutórias.

Importante, porém, é dizer que nem sempre se consegue esse tempo com o palestrante, nem o palestrante está disponível para responder tais questões, as quais devem sempre ser formuladas com brevidade e, não obstante, com uma explicação da razão delas, visto que muitos há que não sabem o que é áudio-descrição, ou entendem o direito das pessoas com deficiência.

Também é necessário ressaltar que essa possibilidade de perguntar ao palestrante ou professor, em uma sala de aula não elimina o estudo prévio, a pesquisa e o preparo que o tradutor deve fazer antes de apresentar-se para o dia e momento de uma tradução simultânea, seja em sala de aula, seja em

uma conferência ou, seminário ou palestra. O profissionalismo do áudio-descritores em levar a cargo esses passos propiciará um trabalho mais empoderativo, agradável e honesto para com os clientes, contratantes ou usuários da áudio-descrição⁹.

As condições de trabalho do profissional da áudio-descrição, como a demais de muitos outros, nem sempre é ideal (invariavelmente é longe disso). Todavia, ele deve buscar orientar de antemão os que estiverem responsáveis pelo evento a fim de informar das condições de que precisa para fazer seu trabalho. O último que tem de sofrer (não têm) com as condições inadequadas são os clientes do serviço.

Assim, o tradutor deve orientar sobre o posicionamento de cabine, quando houver, sobre a iluminação e os recursos de que precisa para prover a áudio-descrição etc. Tudo deve ser antecipado e meticulosamente previsto, estudado e planejado para a provisão do melhor serviço.

Se, todavia, isso não tiver sido possível e, por exemplo, a cabine estiver localizada num local que não oferece melhor visão, o áudio-descritores deverá sair da cabine e ir para onde ele pode ver e traduzir. Afinal, se você não vê, não pode ser áudio-descritores, posto que a áudio-descrição tem como diretriz basilar “descreva o que você vê”, não o que acha que está vendo ou que pensa que está vendo. Retomando, o áudio-descritores deve, portanto, exigir que lhe esteja disponível um aparelho transmissor portátil, mesmo quando houver um fixo na cabine.

E isso traz um outro problema a ser considerado, o ruído ambiente e o som da voz do áudio-descritores sob as condições de ruído desse ambiente. Ele deverá ficar junto da plateia, se for o caso, e falar em altura suficiente para que os usuários ouçam em seus receptores. O áudio-descritores não deve sussurrar, traduzir baixinho, dificultando a recepção da tradução por parte de seus clientes.

⁹ Para saber mais sobre a postura do áudio-descritores para com seu serviço, confira Lima (2010).; Subsídios para a construção de um código de conduta profissional do áudio-descritores. D <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br> isponível em

Então, ao ir para a plateia, o áudio-descritor deve buscar explicar para os que estão próximo o que ele vai fazer, alertando para que os que acharem que vão ficar incomodados que, por favor, troquem de lugar. O áudio-descritor pode, nesse sentido, perguntar aos usuários se eles podem/querem sentar no entorno do tradutor, explicando a eles o que está ocorrendo e não recriminando aquele que não o quiser. Bem, a áudio-descrição é devida para o empoderamento do usuário. Este, sem a tradução visual ficará em desvantagem perante seus pares videntes, uma vez que o espectador vidente pode beneficiar-se da áudio-descrição e o espectador cego não se beneficiará apenas do som.

Logo, se um espectador próximo reclamar porque você está “falando” durante a palestra, por mais duro que se possa parecer a expressão: “os incomodados que se mudem”. Afinal, a sociedade deve respeitar esse direito de acessibilidade comunicacional da pessoa com deficiência.

No que tange ao trabalho do áudio-descritor e a plateia, a áudio-descrição deve posicionar os usuários perante a plateia, dizer se esta está chegando, se a sala está cheia etc. Se alguém que chega chama a atenção, o palestrante, por exemplo, ou alguém famoso, alguém de titulação, o reitor, o prefeito etc. devem ser mencionados. Tudo mais que ocorra em disjunção ao evento e que a plateia se manifesta, ou sobre o que ela se manifesta: riram (por quê), exclamaram (perante o quê?), etc.

Muitas vezes, o cenário onde se está sendo oferecida a palestra aula ou seminário etc. é tão crucial para o entendimento do conteúdo quanto a fala do ministrante da aula, conferência etc. Assim, o ambiente deve ser parte da preocupação do áudio-descritor, também quando fizer tradução simultânea.

Outro aspecto importante a ser anotado é que o trabalho do áudio-descritor impõe-lhe uma atuação muito mais ampla do que apenas áudio-descrever os conteúdos de que trata o palestrante ou professor numa conferência ou aula.

Com efeito, o trabalho de tradução visual começa na recepção do cliente, com a ambientação do cliente. Digamos que o evento se dará num

museu, mas se tratará de outro assunto. Os clientes deverão ser informados do ambiente em que estão, não só quanto ao tamanho e número de cadeiras no auditório, mas também: onde eles, os usuários estão localizados, em relação às saídas de emergência; o que há no espaço interno e externo adjacente (localização de banheiros, cantinas, etc); no hall; no espaço de *coffeebreak*; sobre eventuais *totens* e o que há neles; sobre a existência de objetos expostos; sobre o que está escrito nos quadros painéis; sobre como estão identificados os monitores do evento; e tudo mais que for essencial e necessário se saber a respeito da história do local, da arquitetura da localização de banheiros, de bebedouros etc.

Empoderar o cliente da áudio-descrição é dar condições para que faça uso do ambiente de maneira autônoma, independente, inclusive por meio de alguém que lhe assista.

Todas essas informações devem aparecer, preferencialmente antes da palestra propriamente dita, enquanto as pessoas estão se ambientando com o lugar. Por isso é tão importante o estudo e a prática da produção de notas proêmias, mesmo para eventos simultâneos.

A esse respeito merece ser dito que o profissional da áudio-descrição deve ter como objetivo sempre dar as condições de seus clientes poderem, em pé de igualdade com os demais espectadores, acessar e fazer sentido das informações imagéticas do evento e não será paternalismo se o áudio-descritor tiver informações sobre os slides e outras configurações imagéticas e as passarem para seus usuários, nem quebra de diretrizes.

O empoderamento é sempre a lei máxima, não uma normatização ou mesmo uma diretriz, mas a razão de haver áudio-descrição.

Em vista disso, não se “iniba” perante a orientação de que não deve antecipar informação ao seu usuário ou a ele dar informação privilegiada. Trata-se de antecipar áudio-descrições necessárias e suficientes para o recebimento das informações dos palestrantes.

Para melhor compreensão do conceito de empoderamento na áudio-descrição simultânea, vejamos o exemplo a seguir:

“Dois palestrantes dividem uma mesa em um congresso. Ele, à direita, ela à esquerda da mesa que tem três metros de comprimento. Ela faz sua apresentação e passa a palavra para o ilustre palestrante. Ele traz o receptor da áudio-descrição, com seu respectivo fone de ouvido, do qual, contudo, não sai áudio-descrição nenhuma (talvez porque o tradutor visual não está a traduzir, pois acha que não pode áudio-descrever em cima da fala do palestrante, talvez porque o tradutor está numa cabine, numa posição que não lhe permita ver bem e, por conseguinte, áudio-descrever ou, talvez mesmo, porque ele não sabe o que descrever, para além da aparência do palestrante, coisa que já foi feita).

Durante a exposição do ilustre convidado, este vira-se para a colega de mesa, pedindo a ela uma confirmação do que ele acabara de dizer. Silêncio... Descendo à esquerda do palco, a palestrante para no meio das escadas, faz que volta, faz que continua a descer os degraus, em direção do público.”

A não tradução de que a palestrante saíra da mesa (coisa que os demais da audiência viram, exceto os usuários da áudio-descrição, aí incluído o ilustre palestrante do exemplo em comentário) coloca este em situação de desconforto e, de uma certa forma, como que falando para o nada, buscando confirmação no ar. Essa situação lhe causa embaraço, pelo menos momentâneo, o que teria sido plenamente evitável se o áudio-descritor tivesse feito seu trabalho, se tivesse empoderado o palestrante com informação imagética que este perdeu, não porque era cego, mas porque sua colega não teve a sensibilidade necessária para dividir uma mesa de conferência com um palestrante com deficiência visual.

Óbvio que o palestrante partiu da cognição de que alguém que divide uma mesa em um congresso não saí dela no meio da fala de outro, mesmo porque é indelicado, inadequado. Depois, pode ele ter pensado que se a colega tivesse que se ausentar, sair da mesa, no meio da fala dele, ela lhe tocaria o braço e lhe informaria, pois isso é o básico que se deve fazer ao sair de um ambiente em que pessoa cega está partilhando de uma conversa com você.

No entanto, a áudio-descrição não foi feita, o usuário ficou em desvantagem perante toda a plateia e, de alguma forma, ficou constrangido pelo papel que fez. É possível que a outra palestrante também tenha percebido o erro que cometeu e ficado igualmente envergonhada, mas isso já são conjecturas. Quando uma áudio-descrição é empoderativa tudo isso é evitado e

é para situações como essas que o tradutor deve estar preparado, não pode “improvisar” uma atuação.

Trabalhar numa áudio-descrição simultânea é coisa séria que requer profissional bem treinado, bem formado, bem versado nas diretrizes de uma tradução visual empoderativa, tanto quanto nas bases de uma atuação como tradutor, coisa que não se depreende ao assistir a algumas aulas de locução, de edição ou mesmo de produção de roteiro, embora possa aprender nelas também.

No entanto, isso certamente poderá ser apreendido cursando disciplinas de técnicas de tradução, em aulas sobre a ética profissional do tradutor, nas disciplinas a respeito das diretrizes basilares da áudio-descrição e sobre o mundo do “ver sem enxergar” das pessoas com deficiência visual, por assim dizer. Por isso é crucial que os formadores de áudio-descritores, tanto quanto os professores e palestrantes, em geral, cuidem para não usar indevidamente o termo áudio-descrição, quando se está fazendo apenas descrição em lugar de tradução visual e cuidem para que todas as apresentações sejam acessíveis.

De outra forma, fica o alerta para a construção de *slides* e planos de aulas: se você não vai ler, não use texto; se não vai descrever, não use imagens e se, em sua apresentação você não fizer uso de mídia acessível, não a nomeie como tal”.

Continuando, vejamos um pouco mais como as diretrizes podem nos ajudar na produção de áudio-descrições em conferências, palestras, aulas e similares, sempre que as escolhas tradutórias forem em função da obra, língua de origem ou de partida, e em respeito ao usuário, detentor da língua de chegada e a quem se deve o empoderamento.

A diretriz “não descreva sobre a fala”, amplamente conhecida para os eventos fílmicos e teatrais, se atendida ao pé da letra na palestra não produzirá áudio-descrição, visto que o palestrante ou o professor, provavelmente, não vai parar para que o tradutor insira a áudio-descrição. E esta não poderá ser feita sobre toda a fala, todo o tempo, uma vez que diferentemente do que acontece com o som da música, a qual pode coexistir com a fala, sem contudo prejudicar

a compreensão desta, a sobreposição de uma voz sobre a outra impede o entendimento de uma e de outra.

Também a sincronia, técnica fortemente desejável para os eventos fílmicos e teatrais, deverá dar lugar à lei imutável da áudio-descrição, qual seja, o empoderamento do usuário da tradução visual.

Assim, o tradutor deverá conhecer muito do registro linguístico padrão para perceber frases, sentenças e expressões que possam ser deduzidas do contexto, então, em cima delas produzir a áudio-descrição.

O áudio-descritor deverá exercer ao máximo a diretriz “menos é mais”, alinhando-a à concisão para que possa oferecer em menor número de palavras as traduções; e ele deverá usar de sua locução de modo a dar a oportunidade de o usuário ouvir partes da fala a qual este possa completar, gestaltica e cognitivamente, o sentido da fala do palestrante.

Assim, o áudio-descritor deverá espaçar suas traduções não entre as falas, mas entre porções de falas, principalmente sobre aquelas que forem ornatadas. Outro momento em que se insere a áudio-descrição numa palestra é quando o palestrante para, a fim de tomar água, trocar um slide etc.

O tradutor visual deve tomar notas a respeito de situações ocorridas, sobre trechos de textos mostrados ou o que mais for relevante para inserir em momentos que, embora posteriores, requeiram a informação não apresentada anteriormente, sincronizada à palestra.

Nesse sentido, o tradutor visual deve saber do conteúdo do que está traduzindo, ao máximo de sua capacidade, o que, provavelmente, requereu dele estudo e pesquisa prévia do assunto.

Também será requerido do tradutor, que tenha boa dicção e leitura rápida, de modo que possa ler slides e outras informações textuais de que o palestrante ou professor fez uso. E, nesse sentido, é esperado que o áudio-descritor tenha conhecimento de pelo menos uma língua estrangeira, preferivelmente a de maior uso científico na área do palestrante, já que poderá

exibir citações, referências e outros termos em outro idioma que não o vernáculo.

Para que trabalhemos a tradução visual simultânea, pois, é necessário entendermos os processos adjacentes à produção imagética para que construamos, na mente do ouvinte, as imagens como elas são, não como se nos parecem ser. E isso implica entendermos que o texto escrito é imagem e em o sendo, é também foco de nossa tradução.

Então, na escolha do que vamos traduzir, precisamos considerar os eventos visuais propriamente ditos e as imagens estáticas como fotos, gráficos e textos, entre outros.

Assim, o tradutor visual deverá saber ler gráficos, tabelas e outras configurações bidimensionais, treinando para isso a tradução dessas imagens em palavras concisas e claras, corretas e específicas para o contexto. A tradução deverá ser feita também com palavras vívidas.

Como estamos fazendo uma tradução simultânea, e repetição implica em perda de tempo, e correções implicam em fator de distração ao usuário etc. é necessário atentarmos para o som das palavras, como elas se juntam como elas se combinam no contexto, e como elas podem eliciar as imagens que queremos evocar.

A entoação de nossa fala poderá dizer muito, mas poderá, junto com escolhas tradutórias ruins, ser um desastre. Por isso, cacofonias, aliterações, elisões e outros precisam ser cuidadosamente evitados para fazermos chegar à mente do ouvinte uma imagem sem distratores que possa impedir ou limitar a produção visual do evento áudio-descrito.

Constituirá um efeito distrator, por exemplo, numa palestra sobre a carga de impostos dos produtos hortifrutigranjeiro uma descrição do tipo cacofônico: “o palestrante joga uma mão para cima“. E será uma áudio-descrição com cacofonia, aliteração, elisão e interpretação indesejáveis uma tradução, numa conferência de ecologistas, que diga: “o palestrante pega uma madeira e põe perto do peito, com a boca aberta em um sorriso amplo de paraense protetor da natureza pátria”.

As várias diretrizes afrontadas nas citações acima (por exemplo o uso indevido de inferência) constituirão distratores, e estes devem ser evitados na tradução simultânea e eliminados nas traduções em que se teve tempo para fazer um roteiro.

Igualmente, deve-se evitar áudio-descrições por meio do uso de termos fílmicos, mormente porque estes podem constituir em distratores de conteúdo, que quebram o empoderamento, ou que impedem este.

Pensemos no exemplo a seguir: um conferencista apresenta o vídeo de um equipamento que ele desenvolveu, ilustrando a capacidade do equipamento em fazer uma dada tarefa. O tradutor que desconhece as diretrizes ou tenta “inovar” nelas poderá traduzir: “a câmera se aproxima do equipamento”, ou “a câmera dá um close no painel do equipamento”.

Em ambos os casos o filme quis mostrar, certamente, o equipamento, como ele é, o que tem no painel, o que o painel está apresentando etc. Em ambos os casos em que a técnica de filmagem foi usada, ela o foi para que o expectador visse com detalhamento o equipamento. E o que fez o tradutor? Com a tradução pelo uso da técnica fílmica, negou ao usuário da áudio-descrição tudo que o vídeo mostrou aos demais assistentes da palestra. O áudio-descritor não fez seu trabalho com qualidade, com correção/honestidade tradutória, visto que não “empoderou” o usuário a ver o que viu o tradutor.

A argumentação de que, usando a linguagem fílmica, o áudio-descritor ensinou ao usuário as técnicas cinematográficas, de nada vale, mesmo porque o tradutor não está ali para ser professor de cinema ou TV, mas para áudio-descrever, trazendo o original, o evento visual à mente do usuário, pela via da áudio-descrição:

- oral se o usuário estiver ouvindo a tradução visual;
- tátil, se ele estiver lendo a áudio-descrição em uma linha braille ou lendo na palma de sua mão, por meio da língua de sinais, por exemplo.

Outra diretriz básica, mas não menos difícil para a aplicação pelo áudio-descritores, é o uso de adjetivações subjetivas, inferenciais, rotulares ou que atalham a descrição do evento visual.

As justificativas para afrontar a orientação dessa diretriz vão do “eu faço assim porque é meu estilo”, “todos fazem, porque não fazer?”, até “este é o modo que os cegos gostam”.

Obviamente que atender a essa diretriz, não tem nada que ver com eu gosto assim ou assado, nem com o estilo deste ou daquele. Fossem essas as orientações para fazer a tradução visual, ficaríamos num modelo tradutório babilônico, em que não se precisaria de um áudio-descritores, uma vez que quem quer que enxergasse e soubesse articular razoavelmente a língua poderia traduzir, ao seu estilo.

Por outro lado, descrever de uma dada maneira meramente porque “todos fazem assim, porque não fazer?”, é argumento que, quando menos, justifica a repetição de erros. Coloquialmente “todos” falam “me dá um dinheiro aí”, no entanto, um sujeito, ginásialmente alfabetizado, sabe que não se deve começar uma frase com um pronome do caso oblíquo e, portanto, dizer que todos fazem assim, a maioria faz assim, não dita que é assim que se deve fazer, mas, talvez, que poucos são “versados” no ato tradutório que se dispuseram a fazer, requerendo melhorar suas práticas.

A não observância dessas diretrizes leva o usuário a perdas que vão de não aprender um gesto ou movimento importante para a aula a que está assistindo (de educação física, por exemplo), a uma limitação de seu potencial, na medida em que, ao usar o atalho ou rótulo, o tradutor está interpretando para o usuário aquilo que ele acha que deve ser, mas que o usuário e outros poderiam achar diferente, ou ainda, impede o usuário de construir mentalmente a imagem original, o evento áudio-descrito.

Tomemos um exemplo em que uma professora, de uma disciplina x, ensina exercícios tais e, ao fazê-lo, pede aos alunos que a imitem no que ela está fazendo. O áudio-descritores, então, traduz: “a professora levanta os braços; faz boca de peixe; coloca a língua entre os dentes; faz cara de má; faz caretas,

faz que está olhando contra o sol; fica brava, faz boca de choro; faz que está grávida; faz que dá sardinha; dá martelo com a mão direita; dá martelo com o pé esquerdo; faz 'aprender' em Libras etc”.

Nas traduções acima, muito ficou impreciso, descumpriu-se o quesito especificidade da áudio-descrição. Levantou os braços como? Para frente? Para os lados? Levantou-os retos para cima, retos para os lados? Como? Colocou a língua entre os dentes? Como? Fez boca de peixe, e como é isso? Fez que estava grávida, como? Que gestos, movimentos, expressões corporais usou para que o tradutor chegasse a tais conclusões?

Nada disso foi oferecido com a tradução e pouco se pode lançar mão para alcançar a construção imagética, mesmo por pessoas que tiveram a experiência visual, mas não com a Língua Brasileira de Sinais, por exemplo.

Ora, com esse tipo de áudio descrição, o estudante com deficiência visual não está sendo empoderado pela tradução visual, de modo a cumprir com os movimentos que a professora pediu. Por isso ele pode deixar-se ficar, talvez não faça o exercício, talvez sinta-se em situação constrangedora (quando todos erguerem os braços de um modo, o estudante com deficiência visual erguer de outro, sendo o único a errar perante seus colegas).

Logo, esse tipo de trabalho do áudio-descritor é plenamente dispensável, visto que o aluno com deficiência visual, mesmo com a áudio-descrição, continua a necessitar de terceiros para que lhe mostrassem como fazer a atividade requerida.

A tradução visual bem feita, por seu turno, eliminará ou minimizará ao máximo essas situações e outras em que o estudante pode se encontrar sem a áudio-descrição.

4- Palavras finais

Muito ainda há que falar sobre as diretrizes e as possíveis aplicações dela na tradução de eventos científicos e educacionais, delas trataremos em trabalhos posteriores.

Por agora deixamos apenas mais estas reflexões:

O ofício de áudio-descrição é trabalho sério, e, portanto, quem o faz, assim como quem o ensina, deve tornar sua prática um espelho daquilo que ensina e faz, por exemplo, ao traduzir filmes e peças teatrais, ao formar áudio-descritores ou, no dia-a-dia, no convívio com pessoas com deficiência.

O modo mais desafiador e mais comprovador do conhecimento do tradutor visual é quando ele tem de exercer sua atividade na áudio-descrição simultânea, posto que é nesse momento que ele deve mostrar o que sabe fazer, na forma que deve ser feito.

Nesse sentido, em palestra que proferimos recentemente dissemos em resposta aos que falam que a prática é uma coisa, enquanto a teoria é outra:

“O acadêmico é o que ensina o que deve ser feito, mas não faz. O operador (neste caso o áudio-descritor) é o que as vezes aprende o que deve ser feito, mas nem sempre aplica o que aprendeu, na forma que o deve fazer. O usuário é aquele que fica prejudicado porque o acadêmico ensinou, mas não fez; porque o operador não aprendeu ou não aplicou o que aprendeu, como deveria fazer”.

Estudar a áudio-descrição é mais que decorar as diretrizes; é mais que fazer uso apenas daquelas que parecem mais fáceis e rápidas, quando parecem ser fáceis e rápidas de colocar em prática.

Fazer áudio-descrição é transformar a exclusão imagética, com ela a exclusão social da pessoa com deficiência, em inclusão cultural e, com esta, a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade humana.

Fazer a áudio-descrição simultânea é ser profissional de grande relevância para a participação da pessoa com deficiência na educação, na ciência e na arte.

É preparar-se bem, para melhor traduzir o evento simultâneo, afastando-se daquelas “lições” que dizem que a áudio-descrição simultânea é aquela que é feita “...**sem preparação alguma**” ou que “...**ela pode ser totalmente improvisada**”. É lutar por uma formação de qualidade, portanto, é reconhecer-se como o profissional da tradução visual, da áudio-descrição. É combater os oportunistas de área, os professores de Javanês da áudio-descrição, é ser esse profissional da tradução visual, é ser verdadeiramente áudio-descritor.

Referências bibliográficas

ALVES, Soraya Ferreira. "Audiodescrição para deficientes visuais: por um modelo de audiodescrição brasileiro para a mídia. s/d Disponível em www.let.unb.br/posgraduacao/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=62#. Acessado em 10 de dezembro de 2013.

ARMA, Saveria. **The Language of Filmic Audio Description: a Corpus-Based Analysis of Adjectives. Tese de doutorado, 2011.** Disponível em <http://www.fedoa.unina.it/8740/>. Acessado em 12 de dezembro de 2013.

AUDIO DESCRIPTION COALITION, Diretrizes para Áudio-Descrição e Código de Conduta Profissional para Áudio-descritores. Trad. de VIEIRA, P. Revista Brasileira de Tradução Visual, vol.4, 2010. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/>. Acessado em 20/12/2013.

COSTA, Larissa FROTA, Maria Paula. Audiodescrição: Primeiros Passos. vol 11, 2011/2, p. 5. Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/18882/18882.PDFXXvmi=fFUwzvULR7rP0cTU9eLSGvXG7xJ7kTbBA69aD4VubolcBf7KuTEbqDRzcBGwvR96ZihCne7zDtMfJU0eOFpgihPuTv3pocwovP1T49tHDgXmbZC1E2hXk8seEwF4Kdsg3ua7EePiVNG8Mi9rlrpGATVeqCjcPMsShD1WiRqfFWnsgwVCZlizffOHR8THVnBd2CbctrBaoZEFvAivWC6dRUUJ4Pr0e3egGpBbSclhc1XICHfzTIMLhlvmzXmN2C4I>

FRANCO, Eliana P. C. A importância da pesquisa acadêmica para o estabelecimento de normas de audiodescrição no Brasil. Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV), vol 3, 2010. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br>. Acesso: 10 dezembro .2013.

_____ "Revelando a deficiência e a eficiência, o ver e o não ver por meio da pesquisa sobre audiodescrição". Disponível em http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/revista/2013/RBCEE3/Nossos_Meios_RBC_RevEE3Out2013_Texto_6.docx. Acessado em 12 de dezembro de 2013.

_____, “Áudiodescrição e Tradução: Acessibilidade audiovisual”,. 2008. Disponível em <http://audiodescricao.wordpress.com/>. Acessado em 11 de dezembro de 2013.

FURLAN, Mauri. “Fausto da Longiano e a tradução retórica do século XVI”. In: *Revista de Italianística*, nº XIV. São Paulo: USP, 2006. (p. 153-176). Disponível em <http://www.pget.ufsc.br/publicacoes/professores/MauriFurlan/> . Acessado em 10 de dezembro de 2013.

LEDERMAN, S. J., & KLATZKY, R. L. Hand movements: A window into haptic object recognition. **Cognitive Psychology**, 19: 342-368. 1987.

LIMA, Francisco José. **Representação Mental de Estímulos Táteis**. Ribeirão Preto, 1998. 166p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

_____. **O efeito do treino com desenhos em relevo no reconhecimento háptico de figuras bidimensionais tangíveis**. Ribeirão Preto, 2001. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

_____. **Subsídios para a construção de um código de conduta profissional do áudio-descritor**. Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV), vol 5, 2010. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br>. Acesso: 10 dezembro .2013.

_____. **Introdução aos estudos do roteiro para áudio-descrição**: Sugestões para a construção de um *script* anotado. Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV), 2011. Vol. 7. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>. > Acesso: 11 de dezembro.2013.

LIMA, Francisco José de; LIMA, R.A.F., VIEIRA, P. A. M. O Traço de União da Áudio-descrição: Versos e Controvérsias, Vol. 1. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTV) 2009. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>. > Acesso: 14 de setembro de 2013.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana S. S. **Subsídios para a construção de um código de conduta do áudio-descritor**. Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV), 2010. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>. > Acesso: 10 jun.2012.

LIMA, Francisco J., GUEDES, Livia C; GUEDES, Marcelo C. Guedes . Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTV) 2010. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>> Acesso: 28 abr.2010.

MOTTA, Livia. **Audiodescrição – recurso de acessibilidade para a inclusão cultural das pessoas com deficiência visual**. Disponível em: <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=22027> Acessado em 11 de dezembro de 2013.

NUNES, Elton Vergara, DANDOLINI, Gertrudes, SOUZA, João Artur e

SANTIAGO, Vera Lúcia. **Cinema de autor para pessoas com deficiência visual: a audiodescrição de O Grão**. Trab. linguist. apl. [online]. 2011, vol.50, n.2, pp. 357-378. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132011000200008>. Acessado em 13 de dezembro de 2013.

SEEMANN, Paulo Augusto Almeida, LIMA, Francisco José de; LIMA, Rosângela Ferreira. Áudio-descrição no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: Um estudo morfológico. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTV). Vol 13, 2012. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br>. Acesso em 14 dezembro de 2013.

VANZIN, Tarcísio. **Mídias do conhecimento: um retrato da audiodescrição no Brasil**. *Revista de Ciência da Informação* - v.11 n.6 dez/2010. Disponível em http://www.dgz.org.br/dez10/Art_05.htm. Acessado em 13 de dezembro de 2013.